

## JOAQUIM CHISSANO

(Malehice, Chibuto, Gaza, 22 de Outubro de 1939) é um político Moçambicano, veterano da luta armada da Frelimo, foi primeiro-ministro do Governo de Transição e depois da proclamação da independência de Moçambique é nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi o segundo presidente de Moçambique de 1986 a 2005.

### Projecto: Caminhos da Paz (2010)

#### Moçambicano

**P.: Um dos grandes sucessos que teve o Governo Moçambicano, ao contrário, por exemplo, de Angola, foi conseguir o isolamento internacional da RENAMO. Em que constituiu essa estratégia e quais foram os episódios mais marcantes?**

JC: O isolamento da RENAMO está relacionado com o isolamento dos regimes minoritários e racistas da Rodésia e da África do Sul. Toda a campanha que nós levámos a cabo para isolar esses regimes teve também consequências no isolamento da RENAMO. Nós conhecíamos muito bem a génese da RENAMO e o seu relacionamento com as forças, que nós chamamos, saudosistas portuguesas e com as forças do *apartheid* do regime de Ian Smith<sup>1</sup>. A campanha para o isolamento da RENAMO foi feita com base no isolamento dessas forças.

No princípio, nós não sabíamos que se tratava de uma RENAMO. Víamos outras forças que, depois, foram tendo vários nomes até chegarem ao nome RENAMO. Portanto, o isolamento começa nesse tempo todo. Tornou-se mais óbvio ainda com a transferência da Rodésia para a África do Sul que a RENAMO estava nas mãos dos seus mentores Sul-africanos.

Bom, em Angola também podia ter-se dado a mesma coisa, mas em Angola o fenómeno da Guerra Fria<sup>2</sup> foi mais forte. Talvez por causa das riquezas que tinha, os interesses Americanos, esses interesses estratégicos que havia em Angola, podem ter sido mais fortes. Mas nós também beneficiámos do apoio dos países da Commonwealth<sup>3</sup>. Começámos logo no Governo de Transição a fazer o isolamento da Rodésia e esse fenómeno não se verificou para Angola. Tínhamos países da Commonwealth, por causa do Porto da Beira. A destabilização de Moçambique começa precisamente no centro do país, o que está relacionado com esse processo, dos interesses Rodesianos em Moçambique e, portanto, ligado às sanções.

**P.: Moçambique é um país de língua portuguesa membro da Commonwealth. Isto fez parte da estratégia para isolar a RENAMO?**

JC: Não fazia parte do isolamento da RENAMO. O processo de adesão de Moçambique Commonwealth foi o resultado da necessidade dos países da Commonwealth de trabalhar com Moçambique para isolar a

---

<sup>1</sup> Ian Douglas Smith (Selukwe, 8 de Abril de 1919 — Cidade do Cabo, 20 de Novembro de 2007) foi Primeiro-ministro da colónia britânica da Rodésia do Sul entre 13 de Abril de 1964 e 11 de Novembro de 1965 e Primeiro-ministro da Rodésia, depois da Declaração Unilateral de Independência, em 11 de Novembro de 1965, até 1 de Junho de 1979.

<sup>2</sup> Guerra Fria é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indirectos entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991), um conflito de ordem política, militar, tecnológica, económica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência. É chamada "fria" porque não houve uma guerra directa entre as duas superpotências, dada a inviabilidade da vitória em uma batalha nuclear.

<sup>3</sup> A *Commonwealth of Nations* (em português: Comunidade das Nações), normalmente referida como *Commonwealth* e anteriormente conhecida como a *Commonwealth* Britânica, é uma organização intergovernamental composta por 53 países membros independentes. Todas as nações membros da organização, com excepção de Moçambique (antiga colónia do Império Português) e Ruanda (antiga colónia do Império Belga), faziam parte do Império Britânico.

Rodésia, para uma aplicação mais efectiva das sanções. Portanto, a RENAMO “apanha pela tabela”. Mas o objectivo era precisamente isolar a Rodésia e possibilitar mais a Moçambique a aplicação das sanções.

É daí que começaram os contactos, como eu dizia antes, já no Governo de Transição. Havia contactos entre Dar es Salaam e o Presidente Samora e contactos aqui comigo como Primeiro-ministro para a aplicação das sanções. Houve aquelas discussões entre os países da Linha da Frente, que conduziram às negociações com Ian Smith mas que não resultaram.

Portanto, este processo todo é feito no âmbito dos países da Commonwealth, que estavam muito interessados. Chegaram a um ponto em que disseram: “Mas se estamos a trabalhar com Moçambique, Moçambique não faz parte porquê?” Nessa altura nós aparecíamos nos corredores, no *lobby* das salas de conferência da Commonwealth. Acharam que nós devíamos participar inteiramente na Commonwealth. Então começou-se a discutir como, até que os próprios países encarregaram-se de fazer a mobilização dos membros da Commonwealth, para aceitar Moçambique. Nós só fizemos o pedido de adesão depois de termos a certeza de que éramos bem-vindos e que a maior parte dos países queriam que fossemos membros. Não foi um requerimento feito por nós para sermos membros. Pelo contrário, fomos convidados e só depois é que fizemos o requerimento.

**P.: É citado como tendo negociado com os Americanos a política de “*constructive engagement*”<sup>4</sup> ao mesmo tempo, se poderia abrir um processo de negociações directas para a Paz em Moçambique. Pode-nos descrever como foi esse processo?**

JC: Não me lembro de ter feito esse *lobby* para que houvesse um engajamento construtivo com a África do Sul em relação a Moçambique. Antes pelo contrário, nós quisemos, nessa época, evitar que os Americanos entrassem no processo de negociação com os Sul-africanos. Evitámos que eles entrassem. Tanto assim, que só souberam que íamos ter um encontro com os Sul-africanos no último momento.

Deve-se lembrar que veio cá o senhor [Frank] Wisner<sup>5</sup> e ficou três dias. Só no último dia é que revelei que estávamos prestes a ter um encontro com os Sul-africanos, quando ele já estava a partir para os Estados Unidos passando por Angola. Quando me perguntou quando é que iria haver esse encontro, eu disse: “Em breve, dentro de uma ou duas semanas. Então ele fez questão de ir para os Estados Unidos e regressar. Mas o encontro tinha lugar um dia ou dois dias depois.

Houve um encontro na Suazilândia com o Presidente Samora e os Sul-africanos, que conduziu ao processo que nos levou ao Acordo de Nkomati<sup>6</sup>. A questão do engajamento construtivo era uma doutrina dos próprios Americanos, que nós não víamos com tão bons olhos. Porque era um pouco uma maneira de reconhecer o *apartheid* e diminuir as pressões sobre o *apartheid*, não aplicar as sanções, etc. Mas a nossa estratégia foi sempre de tentar trazer os Americanos para que estes tomassem posições mais fortes contra a RENAMO.

Porque eles próprios tinham descoberto, conforme o livro de Chester Crocker<sup>7</sup>, que a RENAMO era um movimento que praticava o terrorismo. Eles equipararam a RENAMO aos *Khmers* vermelhos<sup>8</sup>. Não fomos nós quem fez isso. Essa foi uma observação deles, através de os seus próprios serviços. Portanto, nós queríamos que, em consequência disso, eles tomassem as medidas que se impunham. Mas o relacionamento entre a África do Sul e os Estados Unidos exigia, certamente, um certo jogo de cintura.

---

<sup>4</sup> **Constructive Engagement** - O engajamento construtivo foi o nome dado à política da administração Reagan para o regime do *apartheid* na África do Sul no início dos anos 80. Foi promovido como uma alternativa às sanções económicas e desinvestimento da África do Sul exigida pela Assembleia Geral da ONU e pelo movimento internacional anti-*apartheid*.

<sup>5</sup> **Frank George Wisner II** (2 de Julho de 1938) é um empresário Americano e ex-diplomata.

<sup>6</sup> O **Acordo de Nkomati** foi assinado em 1984 entre o Governo de Moçambique, liderado pelo Marechal Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, e pelo Presidente da África do Sul, Pieter Willem Botha. Este acordo tinha por intenção pôr termo à guerra civil em Moçambique. Para tal, os signatários do dito acordo concordaram em: (1) Deixar de apoiar a RENAMO (responsabilidade da África do Sul); (2) Deixar de apoiar o ANC (responsabilidade de Moçambique). Apesar disto, cada parte continuou a agir por conta própria, e os guerrilheiros da RENAMO prosseguiram com a guerra civil em Moçambique até que em 1992 foi assinado o Acordo Geral de Paz, em Roma, apoiado pela Comunidade de Santo Egídio.

<sup>7</sup> **Chester Arthur Crocker** (29 de Outubro de 1941) é um diplomata Americano e estudioso que serviu como Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Africanos de 1981 a 1989 na administração Reagan. Crocker, arquitecto da política Americana de "engajamento construtivo" direccionada à África Austral, incluindo a África do Sul do *apartheid*, é creditado pela definição das condições da independência da Namíbia.

<sup>8</sup> **Khmer Vermelho** era o nome dado aos seguidores do Partido Comunista da Kampuchea, partido governante no Camboja de 1975 a 1979, liderado por Pol Pot, Nuon Chea, Ieng Sary, Son Sen e Khieu Samphan. O regime liderado pelo *Khmer Vermelho* de 1975 a 1979 foi conhecido como Kampuchea Democrático.

**P.: A sua nomeação presidencial inicia um debate interno sobre o apoio ou não da FRELIMO às iniciativas de Paz?**

JC: Não surgiu assim de uma vez, foi todo um processo. Esse processo é precedido por um processo de transformação política e isso é que mereceu o debate. Nós tínhamos que operar transformações económicas, por causa da conjuntura económica internacional. Aquilo que nós observávamos como fraquezas do campo socialista que costumava nos inspirar para nos dar apoio para um desenvolvimento rápido.

A necessidade de nos abirmos mais, aquilo que já tínhamos começado a fazer com o Presidente Samora Machel, para todo o mundo, para o ocidente. Havia essa necessidade.

Como fazer isso sem prejudicar os objectivos que eram os da FRELIMO: Trazer melhor bem-estar ao povo Moçambicano. Esse é que era o debate. Que era necessário abrir, era necessário, mas como salvaguardar as conquistas era outro problema. Isso culminou com a necessidade de mudarmos o sistema, ou de escolhermos o sistema. Se calhar foi a primeira vez que escolhíamos qual era o sistema que devíamos seguir de governação, se era monopartidário ou pluripartidário. Porque antes não tinha havido uma discussão para a escolha de um sistema. Era assim porque havia apenas um partido, era um movimento, era uma frente. Então, não havia esta necessidade de escolher. Mas aqui o que discutimos foi precisamente isso. Nós víamos vantagem em haver um sistema mais aberto, para que quem quisesse formar o seu partido. Isso criava as condições para respondermos aos receios que a RENAMO tinha.

Deve-se lembrar que nós já tínhamos tido conversações com a RENAMO, em Pretória. A mediação era unicamente do Ministro dos Negócios Estrangeiros do *apartheid*, o Pik Botha<sup>9</sup>. Não foram além. Mas conhecíamos algumas das reticências. A RENAMO não queria ser engolida dentro de uma frente. A RENAMO queria ser uma entidade política. Então alguns de nós tivemos a ideia de que era fácil criar esse ambiente e irmos para o desafio. A aposta era esta: “Nós sabemos que estamos unidos, temos a força, temos um movimento aceite pelo povo. Porquê ter medo do aparecimento de um outro partido? Então vamos abrir o jogo”. Abrimos o jogo.

Portanto, essa é que era a preparação para a busca de novas formas de solução do conflito. O que funcionou. Porque não eram muitos os que queriam o multipartidarismo em Moçambique. Eram pouquíssimos, 10% quanto muito é que queria o multipartidarismo. Por razões diversas. Porque havia elementos, mesmo da FRELIMO, que queriam o multipartidarismo por princípio, simplesmente, mas que não queriam formar partidos. Mas havia outros que queriam formar partidos.

Nós optámos pelo multipartidarismo, porque achámos que era a forma de dar oportunidades àqueles que quisessem formar os seus partidos de o fazer, para não parecermos um bloqueio, e assim o fizemos. Mas isso havia de facilitar também a negociação, porque íamos dizer: “Ninguém os vai engolir. Vocês, RENAMO, podem voltar ao país, formar o partido que quiserem.” Aliás, já tínhamos começado a fazer isso. Eu próprio tinha ido à Europa e Estados Unidos falar com pessoas que tinham receio de regressar ao país, porque tinham receio de perseguição, etc. Até lhe posso dizer que paguei bilhetes para alguns deles virem cá, para verem o ambiente.

Não eram membros da RENAMO, eram membros que vieram depois a formar outros partidos. Estou a falar de pessoas como Chicuarra Massinga<sup>10</sup>, Máximo Dias, Domingos Arouca<sup>11</sup>, [Artur] Vilanculos. Falei com essa gente toda para que, se quisessem, regressavam, e se achassem que era bom ficariam cá. Para demonstrar essa vontade de realmente toda a gente estar livre e poder formar os seus partidos políticos. Achei que isso havia de criar a base para uma melhor negociação, com melhores resultados, com a RENAMO, porque tinha alternativas.

<sup>9</sup> **Roelof Frederik “Pik” Botha** (27 de Abril de 1932, Rustenburg, Transvaal) é um antigo político sul-africano que foi Ministro dos Negócios Estrangeiros nos últimos anos da era do *apartheid*.

<sup>10</sup> **José Chicuarra Massinga** Natural do distrito da Massinga, província de Inhambane foi o primeiro Presidente do Partido Nacional Democrático de Moçambique (PANADE) fundado em 1991, logo após a assinatura do Acordo Geral de Paz para Moçambique entre a Frelimo e a Renamo. Militou em vários movimentos nacionalistas, incluindo a Frelimo, até 1974, altura em que decidiu ir viver nos Estados Unidos da América, onde cursou Ciência Política e dedicou-se à docência. Em 1990, com a entrada em vigor da nova Constituição, que introduz o sistema multipartidário, volta ao país e ajuda a fundar o PANADE, partido que juntamente com o PALMO e PANAMO forma a União Democrática (UD). Nas primeiras eleições democráticas de 1994 conseguem eleger nove deputados para a Assembleia da República, passando, assim, a ser a única formação política da chamada oposição não armada a eleger membros para o Parlamento.

<sup>11</sup> **Domingos Arouca** (Inhambane, 7 de Julho de 1928 – Maputo, 3 de Janeiro de 2009) filho de camponeses, depois de completar a sua escolaridade, trabalhou como balconista em um escritório de advocacia local. Com 16 anos entrou na escola de enfermagem, e após a conclusão do curso trabalhou como enfermeiro, até 21 anos. De acordo o seu livro “Discursos Políticos”, em 1949, ganhou uma quantidade monetária significativa na lotaria Rodesiana. Ele usou os fundos para pagar um bilhete para Portugal, onde trabalhou e estudou ao mesmo tempo, completando a sua educação secundária e, em seguida, entrou na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde terminou a licenciatura em 1960.

**P.: Em 1988, o Presidente autoriza formalmente as igrejas moçambicanas a localizar a RENAMO. Como foi o processo? Qual o papel do Quénia?**

JC: Fui contactado pelas igrejas protestantes. Essa delegação era dirigida por um bispo, se não me engano, um pastor do Lesoto, e recebi-os no palácio. Estava também alguém a representar o Conselho Ecuménico Mundial. Tinham feito a sua pesquisa e chegado à conclusão que a RENAMO era realmente um perigo. A expressão foi: “Nós já sabemos, não precisamos de ser convencidos de que a RENAMO não é uma coisa boa. Mas o que nos aflige é que o conflito continua. Queríamos pedir para nos autorizar a falar com eles. Não queríamos envolver o Presidente nem o Governo neste momento, porque realmente nós compreendemos as razões que possam dificultar esse vosso contacto”. Eu disse: “Não, pelo contrário, eu só não tenho um contacto com a RENAMO porque não sei onde encontrá-los. Não sei quem são eles exactamente. Se vocês pudessem encontrar seria óptimo. Eu próprio podia entrar em conversações, mandar delegações e tudo mais, mas vocês não se devem inquietar porque nós não somos contra o diálogo”.

Então pediram-me que eu fizesse intervir a Igreja Católica. Disseram: “Sim senhor, nós vamos fazer isso, mas não queremos fazer nada sem a igreja católica”. Daí que convoquei os bispos católicos, reúno-me com eles no Gabinete da Presidência e exponho a situação.

Convido-os para virem e explicar o que é que os protestantes me haviam dito e que queriam, portanto, trabalhar com a Igreja Católica. Os bispos aceitaram. Constituímos uma delegação, constituída por católicos e protestantes, da Igreja Anglicana, Presbiteriana, da Igreja Metodista Unida e da Igreja Católica. São esses que foram à procura dos possíveis interlocutores. Foram para os Estados Unidos da América e depois, mais tarde, para Nairobi. Acharam o [Artur] Vilanculos, depois o Janeiro da Fonseca, que supunham que eram da RENAMO. Isso foi o começo deste processo todo.

Mas isso é só uma parte do processo porque havia os contactos que o Presidente Samora tinha iniciado com o Presidente Arap Moi<sup>12</sup>, por causa dos apoios técnicos que o Quénia dava à RENAMO, por exemplo, a emissão de passaportes. O que nos levou a um contacto através do saudoso Fernando Honwana<sup>13</sup> com um senhor chamado [Bethuel] Kiplagat<sup>14</sup>, que era o Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Quénia. Portanto, havia este processo que começava também a desenrolar-se e que depois vai culminar com o contacto com aquele empresário Britânico, Tiny Rowland<sup>15</sup>, pelos interesses que tinha aqui, e também pela sua ligação com o Quénia, onde tinha muitos interesses económicos. Foram muitos processos que se realizaram.

Naquela altura era para ver se o próprio Governo do Quénia podia falar com a RENAMO para, de facto, aceitar um diálogo, para terminar com as incursões militares e para encontrarmos uma outra solução.

**P.: Nas conversações de Nairobi a FRELIMO colocou o documento de 12 pontos, que sugeria o final da guerra e a integração dos elementos da RENAMO na sociedade Moçambicana. À vista dos dias de hoje, acha que teria sido uma solução viável?**

JC: O documento dos 12 pontos que depois virou 7 pontos, tem uma história. A história é que houve uma intermediação que começou precisamente com Kiplagat. Ele iria ter um encontro com Sr. Dhlakama<sup>16</sup> e viria comunicar-me o que o Sr. Dhlakama lhe tivesse dito, e levaria a minha resposta ao Sr. Dhlakama.

Mas fui descobrindo que os pressupostos que vinham não pareciam ser resultado das duas partes, mas sim como o esforço de um mediador que tinha os seus pressupostos do que era o conflito e então vinha com ideias que precisavam de ser bem esclarecidas.

---

<sup>12</sup> Daniel Toroitich Arap Moi (Sacho, 2 de Setembro de 1924), professor e político, foi o Presidente de Quénia entre 1978 e 2002.

<sup>13</sup> Fernando Honwana (24 de Novembro de 1951-19 de Outubro de 1986) - Assistente especial do Presidente Samora Machel falecido no desastre de Mbuzini juntamente com o Presidente.

<sup>14</sup> Bethuel Abdu Kiplagat (28 de Novembro de 1936, Quénia) Embaixador do Quénia na França (1978-1981) e no Reino Unido (1981-1983) e Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional no Quénia, de 1983 a 1991. Esteve estreitamente envolvido nos esforços de resolução de conflitos do Continente africano, particularmente na África Oriental. Foi conselheiro especial de política externa do Presidente Arap Moi.

<sup>15</sup> Roland "Tiny" Rowland (1917-1998) foi um controverso empresário britânico de alto perfil, lobista corporativo e Chefe do Executivo da Lonrho de 1962 a 1994. Ganhou fama a partir de uma série de ofertas públicas de aquisição para assumir o controle do Harrods. Era conhecido por seus complexos interesses comerciais na África, a sua proximidade a vários líderes africanos e por sua suposta cooperação com o MI6 no que se refere à política externa britânica pós-colonial em África.

<sup>16</sup> Afonso Macacho Marceta Dhlakama (Mangunda, Sofala, 1 de Janeiro de 1953), é um político e militar líder da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), o principal partido político da oposição em Moçambique.

Por outro lado, as confissões religiosas também não estavam muitas claras sobre os princípios que deviam reger esse diálogo. Então vi-me obrigado a escrever algo que mostrasse as balizas do que podia ser aceitável e o que não era negociável. Inicialmente, não era um documento para ser mostrado à RENAMO. Era para que as Igrejas pudessem utilizar para sua própria percepção e encontrar a maneira de dialogar com a RENAMO. Porque se entregássemos o documento, então ficaríamos numa situação de ideias fixas, de um lado e de outro, quando o que eu queria é que os interlocutores fossem flexíveis.

Ora, esse documento não entreguei ao Sr. Kiplagat, mas sim às Igrejas quando chegou à altura do encontro em Nairobi. Porquê? Do lado do Quênia, quando eu vi que havia essa tentativa de fazer uma mediação, eu disse: “Bom, é melhor então irmos directamente para a mediação. Por isso, vou pedir ao Presidente Arap Moi para ser o mediador”. Convido-o para Maputo e peço que aceite ser um co-mediador com o Presidente [Robert] Mugabe<sup>17</sup>, que era para equilibrar um pouco, porque nós tínhamos aquela sensação de que o Quênia estava muito inclinado para a RENAMO e nós também queríamos ter alguém que pudesse interceder por nós, que tinha interesses em Moçambique, e que, portanto, também alguém que estivesse interessado no fim da guerra. Podia ser o Presidente Mugabe, pois não havia de ser simplesmente favorável a tudo aquilo que nós disséssemos porque ele estava interessado no fim da guerra, por causa do *pipeline*, da electricidade, e essas coisas todas que dependiam do Porto da Beira, e a fronteira longa que nós temos com o Zimbabwê. Então teríamos dois co-mediadores.

### **P.: O que falhou em Nairobi? O que aconteceu no Malawi?**

JC: Primeiro, o documento que era um não documento, em inglês diz-se *non paper*. Talvez por falta de experiência, ou por desconfiança dos próprios eclesiásticos, pegaram no documento e transformaram-no num *paper*, numa proposta oficial quando não o era. Então a RENAMO responde com uma contraproposta oficial. Isso estragou um pouco a estratégia que nós queríamos, que era sondar primeiro para vermos quais eram os pontos que era preciso limar, etc. Antes de irmos para posições rígidas.

A mediação do Presidente Moi e do Presidente Mugabe falha porque eles têm uma abordagem que não criou o primeiro ambiente. Foram ter com a RENAMO e perguntaram se queria a Paz. A RENAMO respondeu certamente que sim. Nós queríamos a Paz. Então, convidam-nos para ir assinar a Paz, sem ter havido nenhuma discussão. Os tais 12 pontos ou os pontos da RENAMO não foram discutidos.

Nós dissemos: “O que é isso? Vamos assinar o quê?”. Então não foi possível ir assinar e vimos que talvez fosse necessário mudar o ambiente. Porque às vezes o ambiente das negociações é muito importante. Então pedimos que o ambiente fosse mudado, de Nairobi para o Malawi. Um lugar que pensávamos que havia de deixar a RENAMO confortável, porque também sabia que o Malawi tinha inclinações pró RENAMO.

Mas não sabemos o que andou mal, porque aparentemente o Governo do Quênia não se preocupava com a mudança de lugar, desde que continuasse a ser co-mediador com o Zimbabwê. Mas chegados ao Malawi a delegação da RENAMO não se fez presente na mesa de negociações. Tinha vindo num avião do Sr. Tiny Roland, da Lonhro, mas chegado lá não se fez presente, e ninguém sabia onde estava. Viemos a saber mais tarde que tinha atravessado a fronteira e tinha vindo para as suas bases em Moçambique.

### **P.: Como foi o processo de transição das conversações de África para Roma?**

JC: Decidimos encontrar um terreno mais neutro. Pensámos no Vaticano. Mandámos dois camaradas para sondar, a saber: José Luís Cabaço <sup>18</sup>e Aguiar Mazula. Mas viemos a saber mais tarde que também a Igreja,

---

<sup>17</sup> **Robert Gabriel Mugabe** (Kutama, Harare, 21 de Fevereiro de 1924) é o actual Presidente do Zimbabwê. Lidera o país desde 1980, primeiro como primeiro-ministro e, desde 1986, como Presidente com poderes executivos. Participou no movimento de libertação de Joshua Nkomo, a ZAPU, em 1960 e três anos mais tarde funda a União Nacional Africana do Zimbábue - Frente Patriótica (ZANU-PF). É preso em 1964 devido às suas actividades políticas, sendo libertado em 1974, altura em que parte para Moçambique, onde lidera uma guerrilha que se opõe ao Governo de minoria branca de Ian Smith. Torna-se primeiro-ministro da ex-Rodésia (já depois do fim do Governo liderado por Ian Smith) em 1980, ao vencer as primeiras eleições democráticas. Em Abril do mesmo ano, é declarada a independência do país que passou a ser designado por Zimbabwê

<sup>18</sup> **José Luís Cabaço** (Maputo, 10 de Agosto de 1941) licenciado em Ciências Sociais pela Università degli Studi di Trento, Itália em 1971 e Doutorado em Antropologia Social, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil, em 2007, foi jornalista, militante da FRELIMO na clandestinidade e Ministro de Informação e dos Transportes no Moçambique pós- Independência.

através do Bispo da Beira<sup>19</sup>, estava já em contacto com Santo Egídio<sup>20</sup>. Aparentemente, em contactos também com a RENAMO. Portanto, há uma coincidência na busca.

A Embaixadora Americana, Melissa Wells<sup>21</sup>, também pensou nessa alternativa do Vaticano, talvez pelo contacto do representante dos Estados Unidos junto ao Vaticano. Eu estava em Espanha quando ela me telefona dos EUA a perguntar se eu poderia autorizar o seu representante no Vaticano a contactar o Vaticano para ver se podíamos tê-los como alternativa, como sede das conversações. Eu disse que não era preciso porque nós já estávamos com Delegações lá, que estavam a tratar precisamente desse assunto, e que nós já tínhamos visto há muito tempo.

Posso dizer-lhe porque é que me veio logo à ideia Roma. A dado momento veio ao meu conhecimento que no seio da RENAMO havia contradições em Nairobi, e que alguns membros seniores da RENAMO queriam regressar a Moçambique. Mas que queriam ter garantias de que se viessem a Moçambique não seriam molestados e de que não seriam obrigados a ser membros da FRELIMO.

Então, mandei perguntar onde é que eles gostariam de ter um encontro connosco, que eu havia de mandar uma delegação de seniores, ministros para falarem com eles nesse local. Eles próprios tinham proposto Itália, o que para mim também era um bom lugar porque outrora, antes da Independência, quando eu fazia os meus trabalhos de Inteligência, utilizei a Itália também. Utilizei para realizar alguns encontros. Portanto, era um lugar onde eu sabia movimentar-me mais facilmente.

Então, aceitei essa questão da Itália, mas alguma coisa se passou, pois quando mando já a delegação pronta para comprar os bilhetes para eles irem para a Itália, esses que queriam se afastar, com garantias que haveria de haver conversações com eles e que se eles quisessem regressar, depois escolheriam se regressavam ou não, que nós não iríamos impor nada. Mas quando a delegação chegou lá, o cenário já tinha mudado, o grupo não estava coeso, alguns não estavam em Nairobi, uns estavam na Europa e outros em Mombaça, e houve uma pequena confusão ali. Como nós não tínhamos tomado a iniciativa de ir recrutar alguém lá, eu ordenei que se parasse. É verdade que alguns que eu enviei foram para lá com uma ideia errada e tentaram recrutar os outros que nem estavam envolvidos neste processo: “Quem quiser voltar e tal”. Não era isso. Não queríamos criar essa sensação de estarmos a recrutar pessoas para regressar. Mas isto não funcionou.

Mas a ideia de Roma já estava ali e, por isso, muito rapidamente pensei que, com uma pequena correcção, que Roma não, mas o Vaticano sim. O Vaticano seria mais neutro e depois as Igrejas estavam envolvidas, etc. Foi mais ou menos quase o Vaticano, porque foi a Comunidade de Santo Egídio.

### **P.: Itália sempre manteve boas relações com Moçambique. Isso terá ajudado na escolha?**

JC: Nós tínhamos muitos amigos e também na Itália estavam interessados em ver esta guerra terminar. Precisamente, as pessoas que nos tinham dado uma grande ajuda humanitária, das várias cidades italianas. O Vaticano, pelo facto de realmente ter recebido não só os movimentos de libertação nos tempos da Luta Armada de Libertação Nacional das colónias Portuguesas, mas também por ter recebido o nosso próprio Presidente Samora Machel, que foi uma recepção muito cordial. Então isso tudo jogava. Tínhamos amigos de todos os partidos, socialista, comunista, conservador. Em todos esses partidos da direita até à extrema-esquerda nós tínhamos amigos. Até houve conferências conjuntas em que todas essas forças participaram, os dois partidos socialistas que havia lá também eram todos amigos. Portanto, tínhamos amigos em toda a sociedade.

O senhor Mario Raffaelli<sup>22</sup> é uma figura muito importante, não só porque era de um dos partidos socialistas, mas porque teve uma amizade pessoal com alguns dos nossos camaradas, a saber o camarada José Luís Cabaço. Depois era Vice-ministro da Cooperação, que veio a Moçambique e que conheceu a realidade moçambicana muito de perto e que impulsionou a cooperação entre Moçambique e a Itália.

---

<sup>19</sup> **Dom Jaime Gonçalves**, (Nova Sofala, 26 de Novembro de 1938 - 6 de Abril de 2016) arcebispo Emérito da Beira, Depois dos estudos primários ingressou no Seminário de Zóbué, em Tete. Posteriormente frequentou os Seminários Maiores de Namaacha e Malhangalene, em Maputo, onde estudou a filosofia e teologia. Trabalhou pela Paz em Moçambique, em nome da Conferência Episcopal de Moçambique e do Vaticano, de 1985 a 1992.

<sup>20</sup> A **Comunidade de Sant'Egídio** é uma organização católica fundada em 1968 no bairro de Trastevere, em Roma, Itália, dedicada à caridade, evangelização e promoção da Paz.

<sup>21</sup> **Melissa Foelsch Wells** (18 de Novembro de 1932, Tallinn, Estónia) é diplomata e ex-embaixadora dos Estados Unidos em Cabo Verde e Guiné-Bissau (1976-77), Moçambique (1987-90), Congo- Kinshasa (1991-1993) e Estónia (1998-2001).

<sup>22</sup> **Mario Raffaelli** (Trento, 15 de Maio, 1946) é um político italiano, membro do Partido Socialista Italiano. Entre 1990 e 1992 representou o Governo italiano nas negociações que levaram ao Acordo Geral de Paz entre o Governo de Moçambique e a Renamo.

Devo confessar, porque as coisas devem ser ditas como elas são, quando pensei no Vaticano, embora tivesse conhecido Mario Raffaelli, eu não sabia qual seria a ligação entre ele e a negociação. Não sabia. Tudo estava a ser pensado em função do Vaticano e não em função do Governo Italiano. Para mais, Mario Raffaelli nessa altura já não era membro do Governo, era apenas um parlamentar.

**P.: Como foi decidido que se começaria em Santo Egídio e quais as decisões presidenciais para que se tivesse chegado à formula dos mediadores com que elas começaram?**

JC: Como disse anteriormente, nós fomos para Santo Egídio, primeiro, para quebrar o gelo, com o intuito de ter as negociações num país africano. Os nossos mediadores Africanos ainda estavam com a esperança de que havíamos de ter a mediação em território Africano. Começámos a discutir lá para estabelecermos os princípios.

No início a RENAMO não queria o estabelecimento de princípios como base de negociação. Queria negociações directas sem uma base de princípios. Só que, quando começámos a negociar as coisas concretas, voltámos aos princípios, porque a própria RENAMO queria fazer referência a princípios. Mas antes disso, como eu disse, havia uma Delegação da Igreja Católica dentro de uma grande delegação das Igrejas Cristãs. Mas houve uma reconstituição, para não dizer uma quebra ou uma divisão, dessa Delegação da Igreja Católica, porque o Arcebispo de Maputo<sup>23</sup> deixou de participar, ficando apenas o Arcebispo da Beira.

O que eu soube é que a RENAMO dispensava o Arcebispo de Maputo porque achava que o Arcebispo era muito “frelimista”. Mas quando começam as negociações, já a RENAMO queria o arcebispo de Maputo, porque, entretanto, já era Cardeal. Mas não quiseram corrigir para o arcebispo de Maputo porque parecia uma competição, ou uma reclamação, em relação ao seu colega da Beira. A coisa ficou assim, com o arcebispo da Beira a representar a mediação da parte da igreja moçambicana.

A Delegação de Santo Egídio era o interlocutor principal e quanto ao Mario Raffaelli (ele é que pode explicar melhor), nos não estávamos muito certos se se tratava de uma intervenção pessoal de um parlamentar, ou se se tratava de um representante do Governo Italiano. Parecia que o Governo Italiano não queria aparecer muito abertamente nesta negociação. Mais tarde, depois interessou-se e apareceu o ministro dos Negócios Estrangeiros depois da minha visita, mas depois das negociações terem avançado muito. A Embaixada Italiana aqui também ficou muito envolvida.

**P.: Há uma fase em que o Governo Moçambicano deixa de colocar pré-condições para o diálogo com a RENAMO. Qual era o conteúdo dessas pré-condições?**

JC: Isso foi na senda dos princípios que apresentámos em Nairobi. Que, sem papel, nós queríamos que tudo aquilo fosse discutido em Roma, até porque pensávamos que isso era a única coisa que iríamos fazer em Roma. Portanto, era algo que ia ser discutido. Evidentemente que uma parte que não iria ser aceite era que o Estado Moçambicano fosse posto em causa, negociarmos como se não houvesse um Estado Moçambicano, como se não tivesse havido uma descolonização de Moçambique. Isso é que não estávamos dispostos a aceitar. Voltar para os Acordos de Lusaka, como se não houvesse Acordos de Lusaka, e começarmos a renegociar esses acordos com a RENAMO. Isso não víamos com bons olhos.

Portanto, uma vez aceite a existência do Estado, o que implicava a aceitação da existência de um Governo, tanto mais que as negociações eram entre o Governo Moçambicano e a RENAMO e esse principio tinha que ser aceite, e foi aceite. Era o Governo Moçambicano e a RENAMO e não como se costuma dizer por aí, negociações entre a FRELIMO e a RENAMO. Não, era bem o Governo Moçambicano. Porque recusar fazer referência ao Governo Moçambicano, significava recusar a existência de um Estado, com um Governo e com uma Constituição. Estaríamos dispostos a reformular a Constituição, que já tínhamos feito. A revisão da Constituição quando se chega a 1992, que criou, como já disse, o multipartidarismo. Portanto, a Constituição tinha que ser reconhecida, a que existe. Agora, o conteúdo da Constituição podia ser objecto de discussão após as eleições, quando já tivéssemos órgãos multipartidários capazes de fazer as modificações finais à Constituição, tantas vezes quantas fossem necessárias.

---

<sup>23</sup> Dom Alexandre José Maria dos Santos (Zavala, 18 de Março de 1924) é um Cardeal Moçambicano. Foi arcebispo de Maputo entre 1975 e 2003. É actualmente Arcebispo-emérito desta diocese. É o primeiro arcebispo e cardeal nativo de Moçambique. Participou do conclave para a eleição do Papa Bento XVI, mas não tinha direito ao voto, já que na época tinha mais de 80 anos.

**P.: O Parlamento em Maputo começou a aprovar leis que estavam também a ser discutidas em Roma. O que se estava a passar?**

JC: Aquilo que fosse algo que pudesse estar em choque com o que se estava a negociar em Roma, realmente evitámos tomar quaisquer decisões, porque senão havia de se ter que negociar em Roma e não se podia dar um passo à frente. Costuma-se dizer que é “puxar o tapete”. Nós não queríamos fazer isso e não fizemos porque tivemos o cuidado de na própria revisão da Constituição de deixar espaços vazios. Referíamos-nos a uma lei...

**P.: Essa lei específica era já premeditada para que acolhesse eventualmente opiniões da oposição?**

JC: Opiniões da oposição que viesse a ser legalmente constituída depois das eleições, portanto através das eleições. Porque nós não queríamos cingir isto apenas a uma negociação com a RENAMO. Com a RENAMO era uma negociação mais para acabar com a guerra e permitir a entrada de uma nova ordem constitucional. Portanto, outros partidos podiam surgir, como surgiram. Todas as opiniões iriam então ser vistas num ambiente de uma assembleia multipartidária.

**P.: A Independência da Namíbia e a libertação de Mandela foram importantes para o desenvolvimento das conversações?**

JC: Bom, Mandela é liberto muito mais tarde, e nós todos fizemos esforços para que fosse liberto. Mas devo dizer que o processo foi, em parte, tornado mais fácil por causa das mudanças da própria conjuntura internacional, no que diz respeito à Guerra Fria. Nós tínhamos mais espaço de manobra. Já tínhamos começado em 1982, a convencer os Americanos das nossas convicções, da nossa mudança. As visitas que fizemos aos EUA tiveram um impacto muito grande. Quando fui anunciar às autoridades Americanas que estávamos para entrar em negociações directas com a RENAMO, isso criou uma mudança quase radical da posição dos EUA, na maneira como nos encaravam. Porque havia muito apoio à RENAMO nos EUA, porque pensavam que nós éramos contra o diálogo. Mas quando compreenderam que éramos pró-diálogo, mudaram as suas posições. À *détente*, vamos lá chamar assim, o desanuviamento nas relações este-oeste foi de grande importância para o processo negocial.

**P.: Qual foi o impacto do massacre de Homoíne no contexto das conversações?**

JC: Nas conversações a nossa Delegação não tomou isso como um cavalo de batalha, porque não se tratava de estar a apurar culpados nessa guerra, mas sim encontrar um processo de fim da guerra. Mas o massacre de Homoíne foi claramente perpetrado pelas forças da RENAMO. Eu fui visitar o local, fui falar com as pessoas que estavam lá e sei como as forças da FRELIMO, que estavam longe do Hospital de Homoíne, se comportaram.

Mas, claro, quando me fizeram a pergunta a quem atribuíam as culpas pelo massacre, eu disse: “É ao *apartheid*”. A RENAMO tentou utilizar isso como se eu estivesse a dizer que o *apartheid* foi para lá massacrar as pessoas, quando eu estava a colocar uma questão de ordem política. O *apartheid* é que é o mentor desta guerra de destabilização que apoiava e que dirigia a RENAMO. Portanto, era o *apartheid* que era o responsável máximo. Mas a RENAMO começou a pedir grupos de inquérito, a querer provar que os Sul-africanos não foram para lá massacrar ninguém e que o massacre teria sido perpetrado pelas forças da FRELIMO e que era preciso fazer um inquérito. Achei que isso era uma fuga. Mas não era aquilo que nos interessava, provar isto mais aquilo. Mas para a população realmente estava claro que RENAMO tinha sido a única força que perpetrou o ataque ao hospital de Homoíne.

**P.: Houve conversações com o Presidente Bush<sup>24</sup> (pai) Quais foram as decisões tomadas com os Americanos? O que mudou depois desse encontro?**

---

<sup>24</sup> **George Herbert Walker Bush** (Milton, 12 de Junho de 1924)[1] é um político Americano, tendo sido o 41º Presidente dos Estados Unidos (1989–93). Filiado ao Partido Republicano, já havia anteriormente sido o 43º Vice-presidente dos Estados Unidos (1981–89), foi também membro do Congresso, Embaixador e Director da CIA.



JC: Quando se refere ao Bush está-se a referir ao Bush pai. Não foi só com o Presidente Bush. A questão mais notória foi com o Presidente Reagan<sup>25</sup>. Depois a minha visita ao Presidente Reagan. Resultou em que nós tivemos interlocutores quase permanentes no Departamento de Estado para tratar dessas questões, que é o caso do Chester Crocker<sup>26</sup> e, depois, do Wisner<sup>27</sup>, que seguiram os passos que estávamos a dar no diálogo. Mas isso do Wisner já vem do tempo do Presidente Samora Machel.

Depois do Presidente Machel, quando eu visito o Reagan, o que mudou muito foi a cooperação económica. Lembra-se que o Governo Americano não dava ajuda para o desenvolvimento, mas dava ajuda humanitária e passou a dar maiores somas para o desenvolvimento económico e as pressões sobre o nosso Governo diminuíram. Começou a haver uma certa colaboração entre os dois Governos para prosseguir esse processo de busca da Paz em Moçambique.

**P.: Robert Mugabe e Tiny Roland pressionaram para um acordo de alto nível em Gaborone. O que significava que o centro de decisão seria retirado de Roma...**

JC: Houve questões que emperravam, que não me recordo já quais, mas que emperravam o processo negocial em Roma. Era preciso organizar um encontro entre mim e o Sr. Dhlakama e esse encontro não podia ter lugar em Harare, era preciso um lugar onde o Sr. Dhlakama se sentisse à vontade. Achou-se que o Botswana podia ser esse lugar. Em princípio, era para estarmos lá e conversarmos os dois, na presença de uma testemunha.

Primeiro era para o Presidente Mugabe também estar lá presente mas chegou-se à conclusão que ele não devia ir e que ficasse só eu com o Presidente Masire<sup>28</sup> e o Sr. Dhlakama. Tivemos um encontro muito bom e conseguimos desbloquear o que estava bloqueado e as negociações continuaram em Roma. É assim que o Botswana entra no processo.

Se não me engano, teria havido um intercâmbio entre a mediação, na pessoa do Raffaelli, para saber onde é que esse encontro podia ter lugar entre o Sr. Dhlakama e eu. A ideia de ser em Gaborone foi posta mas a minha tendência era ir sempre para onde a RENAMO se sentisse mais à vontade. Essa iniciativa de encontro era do Presidente Mugabe. Então, o Presidente Mugabe aceitou ir para Roma para que nós nos encontrássemos com o Dhlakama em Roma, na presença dele.

Foi assim organizado e tivemos o encontro com o Sr. Dhlakama, na sala do quarto de hotel do Presidente Mugabe. O Sr. Dhlakama foi trazido a esse local pelo senhor Tiny Rowland. Lembro-me quando o Sr. Dhlakama nos foi apresentado pelo senhor Tiny Rowland, eu antes de lhe apertar a mão, perguntei-lhe se ele queria a Paz: "Você é que é o Sr. Afonso Dhlakama, quer a Paz?" Ele disse que sim, depois de uma certa hesitação. Eu estendi-lhe a mão e disse: "Aqui tem a Paz. O resto que vamos discutir é para selar esta Paz. A Paz já está feita, porque se nós queremos a Paz, representamos o que representamos cada um de nós, a Paz está feita. Então vamos sentar e começar a discutir os detalhes."

**P.: O primeiro encontro presidencial em Roma. Pode descrever?**

JC: Creio que teve um grande impacto, porque a seguir nós tivemos uma reunião de esclarecimento. Um dia senti-me como um professor de Direito Constitucional, com os meus alunos, os estudantes, que eram da parte da RENAMO. Foi uma sessão muito longa e todos os receios da RENAMO tinham respostas na própria Constituição.

Então fomos artigo por artigo, onde tinham receios e explicarmos como é que a Constituição iria funcionar. Um exemplo: Pensavam que o Presidente teria poderes de estabelecer um estado de emergência, um estado de sítio, e prender toda a gente da RENAMO. Nós utilizámos a própria Constituição. Essa cláusula estava na Constituição, tinha que ser regulada por lei. Essa lei iria ser adoptada apenas após as eleições com a própria RENAMO e outras forças que haviam de se criar.

<sup>25</sup> Ronald Wilson Reagan (Tampico, 6 de Fevereiro de 1911 — Los Angeles, 5 de Junho de 2004) foi um actor e político norte-americano, o 40.º Presidente dos Estados Unidos e o 33.º Governador da Califórnia.

<sup>26</sup> Chester Arthur Crocker (29 de Outubro de 1941) é um diplomata Americano e estudioso que serviu como Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Africanos de 1981 a 1989 na administração Reagan. Crocker, arquitecto da política Americana de "engajamento construtivo" direccionada à África Austral, incluindo a África do Sul do apartheid, é creditado pela definição das condições da independência da Namíbia.

<sup>27</sup> Frank George Wisner II (2 de Julho de 1938) é um empresário Americano e ex-diplomata.

<sup>28</sup> Quett Ketumile Joni Masire (23 de Julho de 1925, Kanye) professor e político, foi presidente de Botswana entre 1980 e 1998, ano em que renunciou e foi substituído por seu vice, Festus Mogae.

Então os poderes do Presidente haviam de ser “normados”, haveria uma norma de como utilizar esses poderes. Até se podia dar o caso de o Presidente não ter tais poderes, de serem transferidos para outras mãos, como o Parlamento, etc., para proclamar um estado de emergência. Então o Sr. Dhlakama, depois das explicações que demos sobre vários artigos, acabou dizendo: “Eu já entendi. Podemos avançar com as negociações”.

No encontro que tivemos com o Presidente Mugabe, já se criou uma situação de distensão, por assim dizer, da parte do Sr. Dhlakama, e quando tivemos as Delegações é que falámos de todos os pontos da Constituição que eles não compreendiam bem ou tinham receios de que podiam ser utilizados contra eles e nós explicámos. Um dos pontos foi a questão da capacidade do Presidente de estabelecer um estado de emergência ou estado de sítio e depois prender as pessoas da RENAMO.

Ora, demonstrámos que o Presidente não tinha poderes segundo a Constituição para fazer isto e só uma lei, que havia de ser aprovada apenas após as eleições, num parlamento multipartidário, é que havia de dar as balizas em que o Presidente podia exercer tal poder, ou mesmo que tal poder podia ser transferido para outras mãos como o Parlamento. Aliás, já tinha havido aquilo, que já falámos atrás, um acordo em como nenhuma lei podia ser adoptada que contrariasse os acordos que estávamos a negociar em Roma. Isso criou uma confiança, tanto mais que o próprio Presidente da RENAMO, o Sr. Dhlakama, disse que ele próprio tinha compreendido e que as negociações podiam continuar.

Uma parte da sua delegação ainda não estava muito clara, tivemos que interromper essa reunião para irem fazer a concertação e quando vieram é que eles ficaram com uma percepção unânime em como, de facto, podíamos continuar.

Assim tivemos um encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Sr. [Emilio] Colombo<sup>29</sup> e continuámos o debate para estabelecer já um comunicado e discutimos o comunicado. O Presidente Mugabe esteve lá presente nesse encontro. Lembro-me de um episódio muito interessante, que é quase uma anedota que o Sr. Dhlakama inventou.

Quando o ministro Colombo, que estava a presidir essa sessão, pergunta: “A que horas iríamos continuar os trabalhos?”. Eu disse, vamos supor “Às 16 horas”. E o Ministro pergunta ao Sr. Dhlakama: “Então Sr. Presidente Dhlakama, o que diz? 16 horas está bem?” E ele responde: “Olhe, como eu sou da oposição a minha tarefa é de me opor. Então, eu oponho-me”. “Então a que horas?”. Ele disse: “Bom, 16h15”.

**P.: Assume-se o compromisso de que em Outubro seria assinado o acordo de Paz. Quais foram as questões mais ambiciosas nesse processo?**

JC: Não consigo lembrar-me com muita precisão. Mas houve uma questão, que já não me lembro qual foi, e me obrigou a escrever uma proposta para o Sr. Dhlakama e que essa proposta foi levada pelo embaixador da Itália em Moçambique para Maringué, para a base da RENAMO. Dhlakama aceitou. Eu tinha rubricado todas as páginas e depois finalmente tinha assinado. Depois foi enviado para Roma, para a nossa Delegação.

Agora, não sei como é que o Sr. Dhlakama enviou instruções para Roma, mas a única cópia que apareceu lá era a nossa e a delegação da RENAMO não quis acreditar que aquilo fosse uma coisa acordada com o Sr. Dhlakama através do Embaixador da Itália. Então isso quase que paralisou as conversações porque pensavam que havia ali uma manobra qualquer, uma invenção de documentos, etc. E levou tempo até que ficassem convencidos de que aquela rubrica era minha. Nunca tinham visto a minha rubrica. A minha rubrica não tem nada a ver com a assinatura completa.

**P.: Como correu a última noite antes do Acordo?**

JC: Houve três questões. Primeiro vieram duas, depois veio uma terceira. As duas primeiras questões tinham a ver com segurança. Eles estavam com receio sobre o trabalho da SNASP<sup>30</sup> e tínhamos que estabelecer mecanismos de controlo do trabalho da SNASP para que não fosse perseguir a RENAMO. Então tínhamos que criar um órgão conjunto para a supervisão das actividades da SNASP.

---

<sup>29</sup> **Emilio Colombo** (11 de Abril de 1920 - 24 de Junho de 2013) foi um político italiano e primeiro-ministro da Itália de 1970 a 1972. Além de ter ocupado cargos de primeiro escalão nos governos italianos, entre eles o de Ministro de negócios Estrangeiros, também foi presidente do Parlamento Europeu. Em 2003 ele foi nomeado para ser um senador italiano vitalício, um assento que ele manteve até sua morte.

<sup>30</sup> **SNASP** - Serviço Nacional de Segurança Popular

A outra era sobre a polícia. Então, também era preciso uma supervisão e controle das actividades da polícia. Ofereci-me para elaborar textos para serem apresentados à RENAMO, pela mediação. Eu elaborei os textos e pedi que a mediação não dissesse que vinham de mim, e que apresentasse à RENAMO para ver qual a sua reacção. Felizmente, a RENAMO aceitou quase que sem mexer uma vírgula. Se tivéssemos dito que vinha do Governo certamente que teriam, dentro daquela lógica de que a oposição está para opor-se, podia ter havido uma oposição a esta proposta. Aceitaram.

Mas quando pensávamos que tudo já estava bem, veio uma terceira questão. A RENAMO queria assumir o Governo dos Distritos nos quais eles ocupassem a sede distrital, a capital do Distrito. Vieram falar connosco, os mediadores, e nós pedimos que nos dessem tempo para reflectir sobre o assunto. Reflectimos e vimos que era uma questão inofensiva, muito simples. A melhor coisa era mesmo darmos o nosso acordo.

Então eu ofereci-me de novo para redigir o documento. Redigi e quando a delegação achou que podíamos avançar. Convidámos os mediadores e fizemos uma brincadeira e dissemos: “Olhem, já nos reunimos mas nós não vamos aceitar essa proposta da RENAMO de nomear os seus administradores”. Então a mediação ficou em pânico, realmente em pânico, porque era a única coisa que era preciso desbloquear para podermos ir à assinatura dos acordos. Quando estavam assim em pânico, viemos então dizer: “Não, que estávamos a brincar. Nós aceitamos a proposta e temos aqui o documento”. Os brancos estavam todos vermelhos. O nosso arcebispo que também tem um tom claro estava vermelho.

Então também esse documento foi aceite pela RENAMO. Mas eu posso explicar agora a lógica, por que é que nós aceitámos tão facilmente isso. Eles iriam propor os nomes das pessoas a nomear, que eram pessoas deles. O Governo ia nomear. Portanto, o Presidente da República iria nomear e colocar lá e dar todos os poderes que um administrador tem. Mas eles seriam parte do Estado.

A RENAMO não viu que aí estava a perder um controle sobre eles porque eles eram parte do Estado. Tinham que receber o seu salário, igual aos outros. Tinham que cumprir deveres de um funcionário do Estado que não tinha nada a ver com as normas da RENAMO. Eram responsáveis perante as reuniões do Governo Distrital e Provincial, tinham que dar os seus relatórios aí.

Então nós não tínhamos problemas com isso, eles davam-nos as informações que davam ao Sr. Dhlakama mas também cumpriam os seus deveres. Eles próprios durante o mandato que tiveram sentiram essa obrigação de trabalhar profissionalmente. A tal ponto que o Sr. Dhlakama veio pedir-me para substituir alguns administradores porque envergonhavam o país e a RENAMO, porque bebiam muito. Eu disse: “Não, enquanto eles não tiverem a estragar nenhum trabalho eu não vou sancionar desta maneira”. Essa é uma maneira muito pesada para sancionar qualquer funcionário do Estado. Mas no dia em que virmos que o trabalho que estão a fazer é prejudicado pelo facto de estar a beber, então vamos tomar algumas medidas, mas por causa do prejuízo no trabalho. Agora se uma pessoa dorme ou não bêbada, se é vista ou não bêbada na rua, não é por aí que vamos agir, até porque isso é por pouco tempo. Mas ele realmente já não queria que aquela gente lá estivesse. Acabámos por tirar alguns, porque chegou precisamente essa fase em que o trabalho era prejudicado. Lembro-me do administrador do Caia, tivemos que removê-lo.

**P.: Nenhum negociador pode ter sucesso sem que as partes o queiram. Os mediadores e negociadores podem ter a habilidade de “ler” a situação e apressar o processo. Acha que esse foi o caso de Moçambique?**

JC: Eu penso que o papel dos mediadores foi crucial porque as partes teriam muita dificuldade em criar um ambiente de confiança necessário. O que os mediadores tinham que fazer era realmente mostrar uma objectividade e eles conseguiram mostrá-la, onde era necessário. Deixaram de parte as convicções que poderiam ter da parte do Governo e da RENAMO. Eles tinham as suas próprias análises, mas não eram essas as análises que eles iam trazer. Iam trazer aquilo que podia unir-nos. Aliás, esse foi o lema das negociações: Aproveitar tudo aquilo que nos une e desprezar aquilo que nos divide.

Então, eles foram capazes de levar isso avante. Cada um deles teve as suas participações. Mario Raffaelli, com o peso que tinha do Estado Italiano, dava um toque ligeiramente diferente do que os prelados apresentavam, que podia ser uma questão moralista e outros apareciam com uma posição mais política.

Portanto, da parte do Governo muito forte que mostrava as consequências que poderia haver para cada uma das partes na arena internacional, se estivessem em falta. Portanto, houve um papel muito importante e

sabe-se que também vieram outros interessados de outros países, como os Americanos, os Ingleses. Uns directamente, outros indirectamente. As Nações Unidas que também veio de uma forma indirecta.

Portanto, foi muito importante termos esses mediadores no processo. Mas devo dizer que os mediadores souberam deixar tempo para que as partes discutissem entre si. Não foram daqueles tipos de mediadores que impunham as coisas, souberam fazer uma mediação que facilitou que nós saíssemos com orgulho de termos sido nós próprios a dialogar e a encontrar soluções.

**P.: Ficaré para a História como o obreiro da Paz. Acha que esse é o seu legado principal que deixa para Moçambique? Como se sente em relação a isso?**

JC: Eu digo que sim e devo dizer coisas que os senhores não sabem, que são muito pessoais. Onde é que eu estava quando me vieram todas essas ideias, de montar todo esse processo, desde a revisão constitucional até à retomada do diálogo com essa dinâmica forte, além de aquilo que eu falei de ter sido contactado pelos religiosos?

Eu estava numa cama de hospital em Cuba em 1988, e pensava em como prosseguir todo esse processo que havia iniciado com o Presidente Samora Machel. Como continuar, para dar efeito? Eu estava no hospital, fiquei um mês em Cuba. Quando voltei é que comecei com essas consultas e não só as consultas na direcção do Partido, mas também com as populações, Distrito após Distrito e já a pensar nesse diálogo directo com a RENAMO. Abrir mesmo. Tive muita dificuldade de fazer aceitar a ideia de um diálogo directo com a RENAMO perante as populações.

Eu cito o exemplo que me foi mais marcante, ou dois, que me foram mais marcantes nessa pesquisa de opinião. Foi em Alto Molócuè, quando a população sai com as suas roupas de casca de árvore, as crianças sem roupa, só partes do corpo escondidas com casca de árvore batida e disseram-me: “Vê senhor Presidente como estamos vestidos? Isto tudo é por causa da RENAMO”. Diziam: “Aquelas águas daquele rio nós não podemos beber porque está cheia de sangue, porque as pessoas que eram mortas eram lançadas naquele rio e como você, Presidente, quer ir falar com essa gente assim?”.

Então tinha dizer que não, que eu tinha que falar com essa gente precisamente para eles pararem de fazer isso, para acabar com a guerra, para que isso não aconteça mais. Eles disseram: “Não, que larguem as armas primeiro antes do nosso Presidente falar com eles” Eu disse: “Mas como eu é que vou dizer para eles largarem as armas, tenho que falar com eles”. “Não, não pode”. Depois o diálogo foi andando. Então, foram concedendo que podíamos mandar alguém falar com eles para deixarem as armas antes do nosso Governo falar com eles. Isso foi em Alto Molócuè, tinha lá comigo representantes de Embaixadas, ou mesmo Embaixadores estrangeiros, pelo menos cinco ou seis estavam lá, e presenciaram tudo isto.

Outro momento foi em Guru. Em Guru é que realmente não consegui convencer. Acabei o comício assim mesmo, eles a dizerem: “Não, que não, que não...” Mas esta resposta encontrava em muitos sítios onde passava.

Eu próprio tomei sobre os meus ombros a tarefa de esclarecer a população sobre o que queríamos atingir com um diálogo. Mas isso não termina aí. Era preciso também fazer a pergunta, se eles aceitam deixar as armas. “Se nós temos Paz vocês aceitam recebê-los nas vossas casas, porque alguns deles são vossos filhos, alguns são vossos irmãos, outros são vossos pais, estão lá do outro lado. Vocês aceitam recebê-los de volta, nas comunidades?” A primeira resposta era negativa: “Não, não, não, não”. Foi preciso um trabalho para isso.

Então aí é que está a tal participação na construção da Paz, daí o nome de Obreiro da Paz. Não fui o único obreiro. Há essas partes que as pessoas podem não conhecer e que realmente foram muito importantes para mim, porque eu tive que enfrentar.

Quanto à elaboração da Constituição para a adopção do multipartidarismo, eu posso ser acusado de ter sido antidemocrático porque apenas 10% da população era a favor do multipartidarismo e 90% disse não. Houve discussão, os jornalistas acompanharam todo o movimento. Sabem que as pessoas se expressavam oralmente, explicavam porque não queriam o multipartidarismo, etc. A maioria era contra, mas eu fui chamado a tomar a decisão dentro dos órgãos do Partido, antes de passar à decisão governamental. Em que eu tinha que dizer que há uma minoria que temos que considerar. Essa minoria tem os seus objectivos e, portanto, vamos considerar essa minoria. Alguns dessa minoria não querem estar dentro do nosso partido, ou de um partido único qualquer. Querem ter a sua liberdade.

Agora, o que vamos fazer com essa minoria? Disse ainda mais, nem sempre a maioria tem razão. Muitos disseram não ao multipartidarismo, porque a visão deles não é de longo alcance, mas algum dia irão ver que há alguma vantagem.

Daquelas vantagens que tínhamos apresentado, seis vantagens a favor do multipartidarismo e seis pontos de desvantagem em relação ao multipartidarismo. Tínhamos feito a mesma coisa para o monopartidarismo. Portanto, havia uma escolha já com argumentos equilibrados. Mas para ver esses argumentos a longo alcance, alguns viam só no imediato, mas pode ser que na minoria houvesse gente que visse a longo alcance.

Porque então não aceitar? Depois vê-se mais adiante. Se nós temos maior capacidade do que essas forças da oposição porque não irmos para o desafio? Essa foi a minha visão nessa altura. Portanto, dou um conteúdo talvez diferente das outras pessoas para esse cognome de Obreiro da Paz.